



1 Ata da 22ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Controle Interno conjunta  
2 com a 30ª do Conselho de Transparência Pública e Combate a Corrupção. Data:  
3 11 de Dezembro de 2017, às 14h00. Local: Sala de reuniões da Secretaria de Estado  
4 de Controle e Transparência, situada na Av. Governador Bley, 236, Ed. Fábio Ruschi,  
5 8º andar, Centro, Vitória. Ao Décimo Primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e  
6 dezessete, às quatorze horas, reuniu-se o **CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE**  
7 **INTERNO – CECI** em conjunto **CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA**  
8 **PÚBLICA E COMBATE A CORRUPÇÃO**, sob a Presidência do Sra. **Zilma Perteli**,  
9 respondendo pelo cargo de Secretário de Estado de Controle e Transparência e  
10 Presidente do Conselho. A reunião foi secretariada pelo servidor **RICARDO**  
11 **MONTEIRO OLIVEIRA** e contou com a presença dos seguintes representantes dos  
12 órgãos participantes: Simone Caliman (membro suplente do TJES), Mariana Andrade  
13 Covre (membro titular do MPES), Fernando Antônio Finamore Teixeira (membro titular  
14 da DPES) e André Gomes Giori (membro titular da ALES). Também participaram da  
15 reunião Letícia Campos Souza – Auditora do Estado e responsável pela gestão do  
16 Planejamento Estratégico da SECONT, Flávia Martins, Assessora de Comunicação da  
17 SECONT, e os membros do Conselho de Transparência Pública e Combate a  
18 Corrupção. **I.** Foi declarada aberta a Sessão Conjunta pela Presidente. **II.** Na ordem do  
19 dia, o Secretário-Executivo fez a apresentação da pauta da reunião, que foi a seguinte:  
20 1) Abertura da reunião - Presidente do Conselho; 2) Apresentação dos membros dos  
21 Conselhos; 3) Informes; 4) Aprovação do documento final do Planejamento Estratégico  
22 do CECI para o período de 2018-2021; 5) Leitura e discussão da Ata da 21ª Reunião  
23 Ordinária do Conselho Estadual de Controle Interno; 6) Leitura e discussão da Ata da  
24 30ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Transparência e Combate à  
25 Corrupção; 7) Questões de ordem e encaminhamentos. **III.** Em seguida, o Presidente  
26 cumprimentou os presentes e deu prosseguimento à reunião. **IV.** Na sequência, o  
27 Secretário-Executivo pediu para que os conselheiros se apresentassem, visto que o  
28 objetivo da Reunião Conjunta é promover uma maior integração entre os membros dos  
29 dois Conselhos, bem como as ações que vem sendo realizadas por ambos colegiados.  
30 **V.** O Secretário-Executivo fez uma rápida explanação dos históricos dos Conselhos.  
31 Em seguida, abriu a palavra para que os membros pudessem falar das ações do seu  
32 respectivo Conselho. Assim, o representante da ONG Transparência Capixaba, Edmar  
33 Camata, iniciou o debate lembrando da criação do Conselho de Transparência, que  
34 hoje realiza sua 30ª Reunião Ordinária, foi uma demanda da ONG, motivo para  
35 comemoração e orgulho, e que hoje tem sido bastante ativo, discutindo e deliberando  
36 assuntos de suma importância. O conselheiro recordou o pedido de informação, que  
37 também foi feito pela ONG, a respeito do uso de helicóptero da PMES para transportar  
38 o deputado Sérgio Vidigal e lamentou a postura que alguns órgãos estão adotando de  
39 somente responder satisfatoriamente os pedidos de informação após impetrado  
40 recurso. Ele citou o exemplo do pedido de informação relacionado ao estudo das  
41 águas, após a tragédia de Mariana. Lembrou também do caso da CESAN, que após ter  
42 sido negado o pedido de informação, coube ao Conselho impetrar recurso à CMRI,



# GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - CECI

43 oportunidade em que logrou êxito em sua solicitação de divulgação da informação. Ele  
44 concluiu sua fala acrescentando que o Conselho tem um papel importante na  
45 transparência ativa e passiva, frisando a importância de implementar, nos órgãos  
46 públicos, a Cultura da Transparência, sendo este um desafio para o Conselho no ano  
47 de 2018. Em complementação ao conselheiro, o Secretário-Executivo informou que a  
48 SECONT, em parceria com a ESESP, já treinou mais de 300 (trezentos) servidores na  
49 Lei de Acesso à Informação, mas reconhece que ainda há muito a se fazer,  
50 destacando, inclusive, que estão previstas no Plano Anual de Auditorias – PAA da  
51 SECONT, auditorias e inspeções em transparência com a finalidade de realizar uma  
52 avaliação do atendimento dos órgãos à LAI. Posteriormente, a representante do MPES  
53 no CECI, Mariana Covre, informou que, segundo estatísticas, quem mais acessa os  
54 portais são os próprios servidores, e a informação mais acessada é a de remuneração,  
55 sendo necessário, portanto, entender porque a sociedade não sabe o que fazer com as  
56 informações que estão disponíveis na transparência ativa. Na sequência, o conselheiro  
57 Claudio Colnago, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional  
58 Espírito Santo (OAB-ES) no Conselho, ressaltou que, para isso, a informação tem de  
59 estar ao acesso de todos. Ele cita como exemplo o Portal da Transparência do  
60 Executivo, onde é possível pode fazer o *download* das informações, em planilhas, e  
61 fazer o tratamento desses dados. Para o conselheiro, isso é um ponto muito positivo  
62 que pode ser reproduzido pelos demais órgãos. Segundo ele, a OAB sempre defende  
63 que a transparência é a primeira forma de combate à corrupção, por meio do controle  
64 social, e defende que isso pode ser simplificado com uma linguagem simples e o  
65 acesso facilitado, defendendo que é imprescindível o uso de sites responsivos, que  
66 possam ser acessados pelo *smartphone*, onde a maioria acessa a Internet. O  
67 Secretário-Executivo informou que a SECONT está alinhada com o pensamento dos  
68 conselheiros, tanto que ampliou e modernizou o Portal de Acesso a Informação, que  
69 terá seu lançamento em breve. Segundo ele, a partir de 2018 a capacitação dos  
70 servidores será intensificada, focada, principalmente, nas técnicas de classificação das  
71 informações. Ele também lembrou que a SECONT participa de uma iniciativa de  
72 desenvolvimento do SAPE - Sistema Administrativo de Processo Eletrônico, que irá  
73 possibilitar, no futuro, o acesso aos processos administrativos de forma *online*. O  
74 conselheiro Edebrande Cavalieri, representante do Conselho de Ética, também  
75 destacou a importância da participação social. Segundo ele, essa é uma questão  
76 extremamente pertinente, profunda e desafiadora, pois vivemos em uma democracia  
77 ainda muito tenra, em termos de história, e a transparência está diretamente ligada à  
78 questão democrática, pois ela é o pilar central da conduta ética. Para ele, é preciso  
79 aprender a lutar pela transparência num período em que a verdade está líquida, o que  
80 é um desafio para a sociedade atual brasileira. Ele frisou que o Estado tem avançado  
81 bastante na área da transparência e que o Portal vem para acrescentar nesse  
82 crescimento. A representante do MPES no CECI, Dra. Mariana, mencionou alguns  
83 projetos do órgão que representa, como a Controladoria na Escola, onde se ensina aos  
84 estudantes a exercerem o controle social. Nesse sentido, sugeriu a união dos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - CECI

85 conselhos para a realização de um trabalho conjunto que auxilie a sociedade em  
86 relação ao que fazer com as informações que estão disponíveis nos portais da  
87 transparência, bem como a forma de realizar a fiscalização. VI. Em seguida, o  
88 Secretário-Executivo passou a palavra à Auditora Leticia, a quem coube realizar a  
89 apresentação do documento final do Planejamento Estratégico do CECI. Ela iniciou  
90 fazendo um breve histórico cronológico da construção do mesmo. Apresentou os  
91 valores do CECI definidos no PE, quais sejam: integridade, transparência,  
92 competência, integração, cooperação e ética. Na visão, não foram estabelecidos  
93 objetivos com prazos, em virtude da dificuldade de integração das legislações dos  
94 controles internos dos Poderes. Ela fez uma breve explanação das ações, informando  
95 os respectivos prazos e gestores, frisando que algumas ações ainda estavam sem  
96 gestores, sendo que algumas delas foram prontamente assumidas por conselheiros.  
97 Outra questão abordada pelos conselheiros foi a necessidade de investimentos em  
98 capacitação para os responsáveis pelo controle interno e transparência nos órgãos  
99 membros do CECI. Neste sentido, o representante da UFES no Conselho da  
100 Transparência, Sr. Emanuel, se colocou à disposição, por meio da instituição que  
101 representa, para desenvolver projetos de capacitação nos assuntos em que a UFES  
102 possui profissionais qualificados e se compromete, nas áreas onde não possui material  
103 humano, indicar profissionais de outras universidades federais e estaduais. Diante do  
104 exposto, foi deliberado pela unanimidade dos membros presentes o seguinte  
105 **Encaminhamento 22-01:** *Aprovar a versão final do documento do Planejamento*  
106 *Estratégico do CECI para o período de 2018-2021, com os devidos ajustes*  
107 *propostos e acatados pelos membros do Conselho.* VII. Na sequência, o  
108 Secretário-Executivo deu início à leitura das atas da 21ª Reunião Ordinária do CECI e  
109 da 29ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate a Corrupção, que  
110 foram aprovadas por unanimidade pelos membros presentes, de cada um dos  
111 conselhos. VIII. Aberta a palavra, para considerações finais, o Dr. Cláudio Colnago  
112 relembrou a discursão realizada no âmbito do Conselho da Transparência junto à  
113 SESP, em que o Subsecretário Vinicius, em uma Reunião Ordinária, informou que seria  
114 feito um estudo sobre a possibilidade da adoção de filmagens das operações policiais,  
115 principalmente nas manifestações populares. Ficando, portanto, deliberado que o  
116 Secretário-Executivo iria entrar em contato com o mencionado Subsecretário para se  
117 informar quanto ao andamento do estudo. Em seguida, o Sr. Fernando, representante  
118 da DPES no CECI, parabenizou a SECONT, pela maneira e dedicação que tem  
119 conduzido o Conselho de Transparência. O Secretário-Executivo, por sua vez, frisou  
120 que os créditos são de todos os membros, que têm participado de maneira ativa das  
121 reuniões. Por fim, foram aprovadas as agendas de reuniões dos conselhos, sendo que  
122 as reuniões ordinárias do Conselho da Transparência serão realizadas, conforme  
123 regimento interno, na última quarta-feira dos meses pares, e a do Conselho Estadual  
124 de Controle Interno - CECI, na segunda quarta-feira dos meses pares. IX.  
125 Encerramento: Esgotada a pauta, a Presidente agradeceu a presença de todos e  
126 declarou encerrada a sessão conjunta dos conselhos, às dezessete horas, do que,

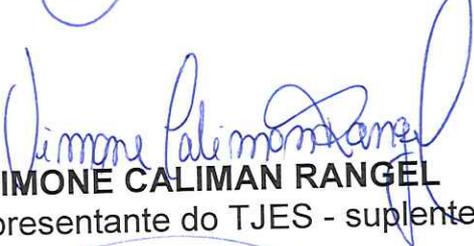


**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - CECI**

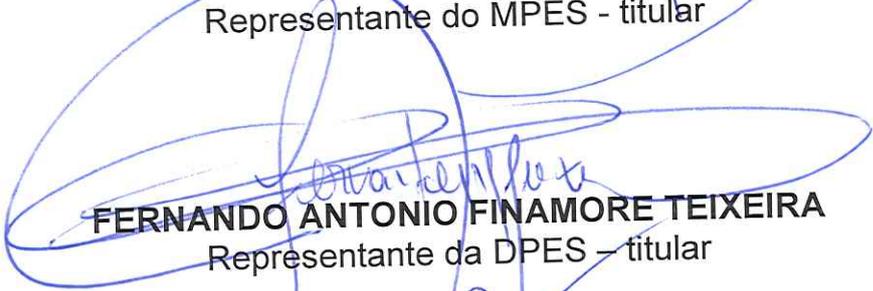
127 para constar, eu, **RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA**, Secretário-Executivo, lavrei a  
128 presente ata que, depois de conferida, vai assinada por mim  
129 \_\_\_\_\_, pela Senhora Presidente e pelos demais presentes.

130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159

  
**ZILMA PERTELE LYRA**  
Representante da SECONT - titular

  
**SIMONE CALIMAN RANGEL**  
Representante do TJES - suplente

  
**MARIANA ANDRADE COVER**  
Representante do MPES - titular

  
**FERNANDO ANTONIO FINAMORE TEIXEIRA**  
Representante da DPES – titular

  
**ANDRÉ GOMES GIORI**  
Representante da ALES- titular